ALEXANDRIA
Revista de Educação em Ciência e Tecnologia

O discurso da ‘ideologia de gênero’ na produção de sujeitos-docentes: uma reatualização dos dispositivos de gênero e de sexualidade

The discourse of ‘gender ideology’ in the production of teacher-subjects: a reactivation of gender and sexuality apparatuses

Leonardo Cardozo Vieira[1]
https://orcid.org/0000-0003-2889-9161
Paula Regina Costa Ribeirol[1]
https://orcid.org/0000-0001-7798-996X

1. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Brasil. E-mail: bio.leo.mat@gmail.com; pribeiro.furg@gmail.com

Resumo: O artigo objetiva problematizar a ‘ideologia de gênero’ como um discurso em operação na formação docente inicial, que reatualiza os dispositivos de gênero e de sexualidade. Os dados foram produzidos a partir de um questionário aplicado, de forma *online*, a estudantes de licenciatura na área de Ciências da Natureza. Ancorado na perspectiva pós-crítica e nas teorizações foucaultianas, opera com os conceitos-ferramentas: enunciação, dispositivo e problematização. Das enunciações emergiram dois movimentos de análise: a confusão conceitual teoria/ideologia de gênero permitiu problematizar a ‘ideologia de gênero’ enquanto um discurso ‘antigênero’; algumas estratégias político-discursivas evidenciadas nas enunciações – linguagem neutra, nome social, banheiro, abordagens para além do biológico/biomédico – permitiram problematizar o discurso da ‘ideologia de gênero’ como uma reatualização dos dispositivos de gênero e de sexualidade. O discurso da ‘ideologia de gênero’ opera na formação docente inicial, produzindo sujeitos-docentes e governando as suas condutas, legitimando a norma cis-heterossexual e condenando as sexualidades dissidentes.

Palavras-chave: ideologia de gênero, sujeitos-docentes, dispositivos, gênero, sexualidade.

Abstract: This article aims to problematize ‘gender ideology’ as a discourse operating within initial teacher preparation, which reactivates gender and sexuality apparatuses. Data were collected through an online questionnaire administered to undergraduate students in the Natural Sciences field. Anchored in a post-critical perspective and Foucauldian theorization, the study employs the following conceptual tools: enunciation, apparatus and problematization. Two analytical movements emerged from the enunciations: the conceptual confusion between gender theory/ideology enabled the problematization of ‘gender ideology’ as an ‘anti-gender’ discourse; certain political-discursive strategies identified in the enunciations – such as gender-neutral language, chosen name, bathroom access, and approaches beyond the biological/biomedical – enabled the problematization of the discourse of ‘gender ideology’ as a reactivation of gender and sexuality apparatuses. The

Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia, Florianópolis, v. 19, p. 1-32, 2026.
Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1982-5153
DOI http://doi.org/10.5007/1982-5153.2026.e106732

discourse of ‘gender ideology’ operates within initial teacher education by producing teacher-subjects and regulating their conduct, legitimizing the cis-heteronormativity, and condemning dissident sexualities.

Keywords: gender ideology, teacher-subjects, apparatuses, gender, sexuality.

Introdução

A última década vem sendo atravessada por discussões em torno da chamada ‘ideologia de gênero’[1], temos presenciado ataques a qualquer referência a gênero, estudos de gênero e teorias de gênero. O gênero está sob ataque (Junqueira, 2018, 2022; Mattos, 2018; Costa, 2021; Pereira et al., 2020; Butler, 2024; Bortolini, 2022, 2023) e a educação tem sido o principal ‘alvo’ dos grupos conservadores ‘antigênero’, que em nome da família tradicional e de Deus, demonizam não somente a expressão ‘gênero’, como qualquer referência a gênero e a outras existências que não seja a cis-heterossexual[2].

Cresceram os olhares aos/às professores/as e muitas foram/são as tentativas de cerceamento de determinadas abordagens de gênero e sexualidade na escola (Junqueira, 2018, 2022; Paraíso, 2018; Vieira & Ribeiro, 2025). Sob a alegação de que a família deve ter o direito de escolher o que o/a filho/a aprende ou discute sobre essas temáticas, a condenação ao que denominaram de ‘ideologia de gênero’ tem ganhado destaque na pauta de grupos ‘antigênero’.

Os grupos ‘antigênero’ utilizaram-se da expressão ‘ideologia de gênero’, como referência às abordagens de gênero na escola, o fizeram na intenção de combater discussões de gênero e sexualidade, como as diferenças de gênero, direitos humanos, temáticas LGBTQIA+, direitos das mulheres, entre outros (Junqueira, 2022). Alegam que a ‘ideologia de gênero’ tem a função de doutrinar crianças e jovens contra a família tradicional, a religião, a natureza e se sustentam na busca de uma falsa neutralidade dos currículos. A ‘ideologia de gênero’, a partir de seus ditos e não ditos, tem garantido que os dispositivos de gênero e de sexualidade continuem a produzir sujeitos para a cis-heteronormatividade, disciplinando e governando os corpos, colocando a escola e os/as docentes sob vigia.

[1] Utilizamos as expressões ‘ideologia de gênero’ e ‘antigênero’ entre aspas para salientar que se referem a conceitos fundamentalistas, que visam deslegitimar os estudos e as pesquisas de gênero.

[2] Ao utilizamos a expressão cis-heteressexualidade, entendendo que a cisgeneridade e a heterossexualidade são conceitos diferentes, buscamos inclui-las em nossas problematizações como normas sociais, enquanto “a matriz da heterossexualidade centra-se nas questões afetivas e da ordem dos desejos como dimensões normativas, a cisgeneridade pressupõe uma inteligibilidade em que gênero e sexo-genital são dados de forma compulsória” (Vieira, 2025, p. 58).

Se as temáticas de gênero e sexualidade estão sob ataques e se os/as docentes estão sob olhares dos grupos conservadores, como o discurso da 'ideologia de gênero' tem operado na formação docente inicial? O que dizem os sujeitos-docentes[3] em formação sobre a 'ideologia de gênero'?

Anunciamos, com essas questões, o fio condutor desse artigo, pretendemos, pois, problematizar a 'ideologia de gênero' como um discurso em operação na formação docente inicial, que reatualiza os dispositivos de gênero e de sexualidade.

As Tessituras da Pesquisa

O presente artigo origina-se em uma pesquisa de doutorado[4]. Ancorados nas teorizações pós-críticas (Paraíso & Meyer, 2012), buscamos questionar, colocar em suspenso, decompor alguns saberes construídos como verdades para tornar possíveis outras verdades sobre as temáticas de gênero e sexualidade. Nosso modo de pesquisar está nos questionamentos que fizemos, nos problemas que formulamos, em nosso rigor científico não generalizamos e temos a liberdade de construir outros modos de investigar no decorrer da pesquisa.

Inspiramo-nos na noção de conceito-ferramenta de Michel Foucault (1998), como referência aos conceitos, que tomamos como ferramentas para operar em nossa pesquisa. Nesse estudo, operamos com três conceitos-ferramentas para pensar a produção dos sujeitos-docentes: enunciações, dispositivo e problematização.

A produção dos dados da pesquisa ocorreu a partir de um questionário aplicado, de forma *online*, a 22 estudantes dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Física e Química, de um Instituto Federal, localizado no Sul do Rio Grande do Sul. A condição para participar da pesquisa era já ter realizado ou estar realizando o primeiro estágio supervisionado de docência, que ocorre no 6º semestre, portanto, os/as licenciandos/as já teriam algumas vivências no curso, além de ser o momento de realizar as práticas docentes e vivenciar a escola. Na ocasião, somente 24 participantes[5] estavam aptos/as a participar.

Dos/as 22 licenciandos/as participantes, 11 se identificaram como gênero

[3] A expressão sujeito-docente (com hífen) é utilizada como referência ao sujeito que é produzido na formação docente, através de diferentes práticas discursivas, pelas relações de saber-poder e por práticas de governamento.

[4] Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, da Universidade Federal do Rio Grande. O objetivo da tese é investigar os atravessamentos de gênero e sexualidade na formação inicial de professores/as na área de Ciências da Natureza. Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética.

[5] Chamaremos os/as participantes de licenciandos/as.

masculino e 11 como gênero feminino, 17 como brancos/as e 5 como pretos/as, 17 como heterossexuais, 3 bissexuais, 1 pansexual e 1 lésbica. A idade dos/as participantes variou entre 23 e 54 anos de idade. Dos/as que responderam sobre atividades laborais, 15 trabalhavam durante o dia e 5 eram bolsistas. Os cursos pesquisados são noturnos, o campus é afastado do centro da cidade, há poucos horários de ônibus e uma evasão bastante expressiva, o que justifica o número pequeno de licenciandos/as.

O questionário[6] se constituiu um importante instrumento para produção dos dados, composto por questões abertas e fechadas, sendo que foram as questões abertas, aquelas em que os/as participantes puderam escrever livremente, que obtivemos atos de 'fala'. Tomamos esses 'atos de fala' como enunciações. Para Michel Foucault (2012, p. 114), enunciação "é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir", se refere, a ato de linguagem e ou fala. É quando a língua ao produzir sentido, se ressignifica e define um enunciado, que é a unidade elementar do discurso.

Olhamos as enunciações interessados em encontrar pistas sobre a 'ideologia de gênero', mas, também, sobre aquilo que nomeia os sujeitos, os classifica, os normatiza, os governa. Esse movimento, possibilitou colocar em operação o conceito-ferramenta da problematização (Foucault, 2010), um movimento de afastamento do objeto, para desnaturalizar práticas e desconstruir verdades, é "transformar em problema de investigação o que comumente não nos incomodava para colocar sob suspeita nossas formas de pensar e agir, questionar o que somos e pensamos" (Souza & Ferrari, 2019, p. 42).

Dedicaremos, o próximo item, às ancoragens teórico-metodológicas, que nos permitem articular e operar com os conceitos-ferramentas da pesquisa.

Dos Dispositivos de Gênero e de Sexualidade ao Discurso da 'Ideologia de Gênero'

Michel Foucault foi um teórico do sujeito, mais especificamente da constituição do sujeito (Fonseca, 2011, p. 144). Antes do sujeito, foi propondo deslocamentos que se referem aos processos de subjetivação e de assujeitamento, passando pelo poder-disciplinar/biopoder, pelo saber-poder, pelos dispositivos de poder e pela ética. "Não é o poder, mas o sujeito que constitui o tema geral de minha

[6] O questionário tem sido utilizado para produção de dados em pesquisas acerca das temáticas de gênero e sexualidade, por pesquisadores/as como Anderson Ferrari e Roney de Castro (2021) e Leonardo Cardozo Vieira e Paula Regina Ribeiro (2025).

pesquisa" (Foucault, 1995, p. 232). Para o autor, foi necessário estudar o poder para se chegar ao sujeito, pois o poder está na vida cotidiana que "categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-se a sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos" (Foucault, 1995, p. 235).

Entendemos as práticas de subjetivação como esse processo em que os sujeitos são produzidos, através das relações de poder, pois os mecanismos de sujeição são derivados de processos econômicos, históricos, culturais e sociais, portanto, ligados aos mecanismos de exploração e dominação. É justamente para evidenciar que estamos sob práticas de assujeitamento, que escolhemos chamar os/as participantes da pesquisa de sujeitos-docentes.

Retomamos nosso propósito, problematizar a 'ideologia de gênero' enquanto um discurso, que reatualiza os dispositivos de gênero e de sexualidade, em operação na formação docente inicial, não na tentativa de buscar o quê ou o porquê desses dispositivos, mas como isso acontece e quais estratégias de poder e saber estão em operação na produção desses sujeitos-docentes.

Tomamos a noção de dispositivo em Michel Foucault (1998, 2010, 2020), como "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas" (1998, p. 244). Dispositivo é o que se pode estabelecer entre o dito e não dito, que está sempre inscrito num jogo de poder, está ligado a configurações de saber que são produzidas por ele ao mesmo tempo que o condiciona. São "estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles" (1998, p. 246).

Os dispositivos operam a partir de estratégias de poder para conduzir as condutas dos sujeitos, para governá-los, classificá-los e nomeá-los. Falar em dispositivo pressupõe falar em exercício do poder e de sua relação com o saber e vice-versa, o exercício do poder-saber opera por meio de diferentes dispositivos, que vão se reinventando ao longo da história, não de forma isolada, mas sempre em articulação a outros dispositivos (Foucault, 1995, 1998, 2020).

Michel Foucault (1995), ao falar de seu interesse por estudar o modo pelo qual ser humano se torna um sujeito, exemplificou - "escolhi o domínio da sexualidade, como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos de sexualidade" (p. 232). Os dispositivos da sexualidade "têm como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada

vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global" (Foucault, 2020, p. 116). Esse dispositivo tem operado na produção dos sujeitos, na hierarquização e biologização dos corpos, tem classificado os corpos a partir de sua anatomia e sobre eles tem legitimado saberes sobre o sexo genital.

Michel Foucault (2020), em História da Sexualidade 1, ao falar sobre como o sexo foi tratado ao longo da história, nos convoca a olhar para as estratégias criadas para delimitar o que poderia ser falado sobre o sexo e as práticas sexuais. Crianças e adolescentes sempre foram os principais alvos dessas estratégias, que produziram discursos e definiram comportamentos. "Seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e adolescentes" (Foucault, 2020, p. 33), o que houve foi uma concentração nas formas de discurso, na codificação dos conteúdos e na qualificação dos/as interlocutores/as. O dispositivo da sexualidade, articulado a outros dispositivos, definiu o que poderia ser falado, quem poderia falar, instituiu saberes como verdadeiros e conduziu condutas.

Tomamos a sexualidade como um dispositivo para falar desse poder que se exerce "sobre o corpo e o sexo, um poder que não tem a forma da lei nem os efeitos da interdição, que procede mediante a redução das sexualidades singulares [...] não fixa fronteiras para a sexualidade" (Foucault, 2020, p. 52). O dispositivo da sexualidade nos provoca a falar das sexualidades múltiplas, as que escapam à cis-heteronormatização - exemplificamos as identidades representadas pela sigla LGBTQIA+[7] - pois esse dispositivo "assegura através de uma rede de mecanismos entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas" (Foucault, 2020, p. 55). Entendemos que as sexualidades dissidentes – disparatadas como diz Michel Foucault – também são produzidas, portanto, fazem parte das estratégias de saber-poder.

Esses mecanismos de saber-poder que o dispositivo da sexualidade coloca em operação para legitimar a cis-heterossexualidade a partir de comportamentos, maneiras de expressar e vivenciar os prazeres e desejos, considerados como corretos, fazem parte de uma rede discursiva que vai nomear e classificar os/as dissidentes da norma, produzindo, assim, as "outras" sexualidades. Para pensarmos essa produção das sexualidades, buscamos a noção de identidade, diferença e 'diferenciação'.

Para Tomaz Tadeu da Silva (2000), Gilles Deleuze (2020), Ana Paula Feijó e

[7]Utilizamos a sigla LGBTQIA+ em referência aos dissidentes da norma cis-heterossexual (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais, não-binário, entre outros). Cientes de que a sigla contém mais letras em referência a outras identidades, preferimos utilizá-la dessa forma, entendendo que o '+' representa a sua continuidade. Evidenciamos que os termos e siglas utilizados são insuficientes para expressar a complexidade das existências que tentam representar.

Paula Ribeiro (2023), a diferença, quando definida como um produto da identidade, tende a legitimar a norma, surge da comparação ao que seria uma identidade central. Nesse caso, as sexualidades dissidentes seriam identidades produzidas a partir da união de determinadas diferenças que escaparam à cis-heteronormatividade, a exemplo das identidades representadas na sigla LGBTQIA+, trata-se de produzir uma identidade para dizer o que somos, tendo a norma como parâmetro para avaliar o que não somos. Consideramos a diferença como primeira, não resumida a um resultado, “mas como o processo mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas. Na origem estaria a diferença compreendida, agora, como ato ou processo de diferenciação” (Silva, 2000, p. 76). O processo de diferenciação está nas estratégias do dispositivo da sexualidade, pois utiliza-se da norma para produzir a diferença e as identidades que consideram dissidentes.

Olhando a diferença como esse ‘processo de diferenciação’, que produz as sexualidades outras, não é possível desconsiderar as produções de masculinidades e feminilidades, alicerçadas por marcas biológicas que evidenciam o binarismo do sexo genital e determinam as construções de gênero, assim, não somente as dissidências da sexualidade, mas também as dissidências de gênero são produzidas a partir desse processo de diferenciação. Um dispositivo se fabrica e se articula a outros dispositivos, como o dispositivo de gênero.

Ao definir gênero como um dispositivo, intencionamos ir além de compreendê-lo simplesmente enquanto constructo social ou uma demarcação social de masculinidade e feminilidade,

> se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato[8] mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos (Butler, 2018, p. 25).

Judith Butler propõe que o gênero deve também designar o próprio dispositivo pelo qual a noção de sexo é estabelecida. O binarismo do sexo genital antes de se apoiar em marcas biológicas que determinam as construções de gênero, representam uma materialidade do dispositivo de gênero.

O dispositivo de gênero, ao se constituir uma estratégia de poder, ao produzir verdades sobre as masculinidades e feminilidades, ancorada em saberes biológicos e biomédicos, ao estabelecer comportamentos cis-heterossexuais como verdadeiros

[8] A expressão ‘aparelho/aparato” (*device/apparatus*) foi a que mais se aproximou de *dispositif* quando as obras de Michel Foucault foi traduzida para a Língua Inglesa (Rabinow & Rubert, 1995).

e outros como condenáveis, ao normatizar a cis-heterossexualidade e determinar quais existências são possíveis, opera para um 'processo de diferenciação'. Para Judith Butler (2022, p. 42), "gênero é o dispositivo através do qual a produção e a normalização do masculino e do feminino tomam lugar junto de intersticiais formas hormonais, cromossômicas, psíquicas e performativas que o gênero assume".

Ao situarmos os dispositivos de gênero e de sexualidade como estratégias de saber-poder na produção de sujeitos, de sujeitos-docentes, anunciamos a extensão e a força de atuação de um dispositivo - "circunscrever modos possíveis de pensamento, de enunciação e de existência no âmbito da disputa pela produção da verdade – verdade acerca de gênero e de sexualidade e suas abordagens" (Zago & Sachi, 2016, p. 335).

Interessa-nos os dispositivos da sexualidade e de gênero na formação docente para colocar em suspensão as estratégias de poder-saber adotadas para produzir sujeitos-docentes a partir de discursos referentes ao sexo genital, aos prazeres e desejos, aos corpos classificados a partir da anatomia, aos comportamentos definidos por saberes biológicos/biomédicos, enfim, à naturalização da cis-heterossexualização dos corpos.

Para Michel Foucault (1998), um dispositivo nunca é isolado, é sempre um conjunto heterogêneo, opera entre o discursivo e não discursivo, ancora-se num objetivo estratégico com vistas a manutenção da norma, articula poder e saber para colocar em operação diferentes estratégias para produzir e governar os sujeitos. Um dispositivo exige um duplo processo: primeiro, a sobredeterminação funcional, quando os efeitos dos dispositivos se entrelaçam, se reforçam ou se conflituam, exigindo uma rearticulação ou reajustamento dos elementos, gera brechas ou vazios; e o segundo processo é o preenchimento estratégico, quando o dispositivo precisa constantemente ser "preenchido", novas medidas, outros discursos e técnicas são incorporados para lidar com as lacunas, as resistências ou as novas situações, que vão promovendo o seu processo de reatualização.

É sobre esse entendimento de reatualização de um dispositivo, que tomamos a 'ideologia de gênero' como um discurso de reatualização dos dispositivos de gênero e de sexualidade, permeado por estratégias político-discursivas. Definimos estratégia como "o conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou manter um dispositivo de poder" (Foucault 1995, p. 248).

A 'ideologia de gênero' é uma expressão utilizada por grupos conservadores - partidos de direita e grupos religiosos - para fazer referência a um discurso

‘antigênero’[9], voltado ao campo da Educação, em que tem “encontrado espaço para obstruir propostas inclusivas, antidiscriminatórias, voltadas a valorizar a laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença e a garantir o caráter público e cidadão da formação escolar” (Junqueira, 2022, p. 23).

Na alegação da defesa dos direitos da família, dos valores morais e da naturalização da cis-heterossexualidade e, na tentativa de eliminar as discussões sobre gênero na escola, o *slogan* da ‘ideologia de gênero’ tem ganhado força (Pereira; Ribeiro; Riza, 2020). Anterior a essas polêmicas do ideário conservador, o conceito sociológico da ‘ideologia de gênero’ já tinha sido elaborado, a fim de enfrentar “o machismo, o sexismo, a misoginia, o heterossexismo, a transfobia, a discussão religioso-moralista e antifeminista contrária a adoção das perspectivas de gênero nas políticas sociais, isto é, o discurso ‘antigênero’ é a autêntica expressão da ideologia de gênero” (Junqueira, 2022, p. 24).

O discurso da ‘ideologia de gênero’, inventado pelo ideário ‘antigênero’, alega que a conduta das escolas e dos/as docentes, ao abordar diferentes perspectivas de gênero na escola, está ancorada em um viés marxista, ideológico da esquerda, para “formar” comunistas. Essas estratégias discursivas intencionam confundir o conceito de ‘ideologia de gênero’ com as abordagens de diferentes perspectivas de gênero no espaço escolar, a ponto de causar nebulosidade nas famílias e nos/as profissionais da educação. As investidas do reacionarismo ‘antigênero’ objetivam deslegitimar a liberdade docente, visam uma docência sitiada, ajoelhada em valores e interesses em projetos educacionais regressivos, pautados na defesa da família tradicional (Junqueira, 2022).

Para melhor entender a ascensão do *slogan* da ‘ideologia de gênero’, voltemos às políticas educacionais a partir dos anos 2000. Em 2003, com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito sobre a premissa da defesa dos direitos humanos, vemos um crescente movimento de políticas voltadas às minorias. No ano de 2004, a criação do “Programa Brasil sem homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” demarcou um importante movimento na luta por direitos da comunidade LGBTQIA+, essa política “produziu impacto nos sistemas de ensino, na produção acadêmica e na legislação educacional, e acabou gerando um debate que iria muito além dos pátios e das salas de aula” (Bortolini, 2022, p. 11).

[9]O termo ‘antigênero’ faz referência a uma “tomada de posições antifeministas contrária à adoção da perspectiva de gênero e à promoção do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero nas políticas sociais e na vida cotidiana” (Junqueira, 2022, p. 21).

Em 2009, foi elaborado o Projeto “Escola Sem Homofobia”, para contribuir e implementar ações que garantissem os direitos humanos, o respeito às orientações sexuais e de gênero no ambiente escolar (Bortolini, 2022). Este projeto sofreu ataques de parlamentares que se autodenominavam ‘defensores/as da família’, ironicamente chamado de “Kit Gay”, foi descrito como um “ataque aos ‘valores tradicionais da família brasileira’, ação de ativistas radicais que, sob a desculpa de combater a discriminação, estariam fazendo propaganda de ‘modos de vida’ fora do padrão” (Bortolini, 2022, p. 10).

Esses/as parlamentares, na grande maioria de bancadas religiosas e de centro-direita, alegavam que o tal “kit” se constituiria uma verdadeira ameaça para crianças e adolescentes, se chegasse às escolas, já que se referiam a práticas consideradas, por eles/as, como antinaturais, aos olhos de Deus e da Biologia, embora reiterassem não serem homofóbicos. O governo vinha, até então, “financiando cursos, materiais didáticos, eventos, e outra ações que propunham uma transformação nos currículos e nas práticas pedagógicas, para tornar as escolas livres da discriminação sexual e promotoras da igualdade de gênero” (Bortolini, 2022, p. 11).

No ano de 2013, o debate ‘antigênero’ ganha destaque nas votações para o Plano Nacional de Educação (PNE), para questionar toda e qualquer menção ao que chamavam de ‘ideologia de gênero’, ou seja, que se referisse a “qualquer ideia, teoria, proposição, ação ou mesmo qualquer palavra que, de alguma maneira, escapasse de suas formas rígidas de entender o corpo, a sexualidade, a família e as relações entre homens e mulheres” (Bortolini, 2022, p. 13). A vitória dos conservadores/as ‘antigênero’ garantiu a retirada das pautas de gênero do PNE e levou a elaboração de muitos projetos, por todo o país, visando a proibição de gênero na escola, projetos denominados “escola sem partido”, para garantia de uma falsa neutralidade, proibindo qualquer doutrinação política e cultural que pudessem destruir a família, os valores cristãos, como estratégia de prezar pela ‘ordem moral’.

O governo de Michel Temer (2016-2018) foi marcado pelo fortalecimento das pautas ‘antigênero’ e por pressões de grupos conservadores e religiosos, a exemplo das discussões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de orientação curricular para a Educação Básica (2017), que teve a retirada de expressões como ‘identidade de gênero, expressão sexual, feminismo, machismo, LGBT+, gay, lésbica, diversidade sexual’, a expressão sexualidade foi reduzida a vieses biológicos e biomédicos (Vital et al.,2021).

A vitória de Jair Bolsonaro, nas eleições de 2018, com discursos descaradamente ‘antigênero’, contra toda política que defendesse os direitos LGBTQIA+, levou a um governo que escancarou os movimentos ‘antigênero’ e fortaleceu o *slogan* da ‘ideologia de gênero’. No discurso de posse, no Congresso Nacional, o presidente Jair Bolsonaro pontuou -“[...] vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores” (Siqueira, 2019).

No movimento Marcha para Jesus, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro declarou ser “um presidente que está honrando o que prometeu durante a campanha. Um presidente que acredita e valoriza a família [...] que vai respeitar a inocência das crianças. Não existe essa conversinha de ideologia de gênero. Isso é coisa do capeta” (Soares & Gullino, 2019).

O combate à suposta ‘ideologia de gênero’, justificada pelo respeito às crianças, à família tradicional, aos princípios religiosos e pela naturalização da cis-heterossexualidade, vai para além das declarações, invade as políticas institucionais.

Em 2019, foi promulgada a Resolução CNE/CP Nº2, que definiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores/as da Educação Básica (BCN-Formação), com o objetivo de alinhar a formação docente inicial e continuada à BNCC, ou seja, padronizar e estruturar uma formação voltada a uma proposta educacional baseada em competências e habilidades, a aprendizagens essenciais, alinhada ao mercado de trabalho e ao ‘saber fazer’, consoante com a agenda educacional neoliberal (Silva *et al*, 2023). De acordo com Vinicius Silva e colaboradoras (2023, p. 924), o documento da BNC-Formação não faz referência as expressões “gênero, sexualidade, homem, mulher, feminino, masculino, papéis sociais, educação sexual, orientação sexual”, além disso, as discussões que deram origem à resolução aconteceram paralelas às discussões da BNCC, portanto, a ausência dessas expressões voltadas a gênero e sexualidade, no documento, fez parte da mesma agenda ‘antigênero’ que as retirou da BNCC. Se as temáticas de gênero e sexualidade na educação básica são consideradas uma ameaça à família tradicional, à moral, à religião e à naturalização da cis-heterossexualidade, retirar essas temáticas da formação de professores/as é uma das estratégias para disciplinar os corpos às normas cis-heterossexuais e condenar as sexualidades dissidentes. Segundo Marlucy Paraíso (2018, p. 212), o *slogan* da ‘ideologia de gênero’ vem “tentando conter e controlar os currículos para que nada sobre gênero e

sexualidade seja neles incluído e para tentar garantir seu impedimento em vários documentos da política educacional brasileira".

O *slogan* da 'ideologia de gênero' coloca em ação outros mecanismos de repetição dos dispositivos de gênero e de sexualidade, que reatualizam suas formas de disciplinar, governar e conduzir as condutas dos sujeitos. Para Juliana Lapa Rizza (2015, p. 11), essa repetição dos dispositivos

> [...] se dá no sentido de que continuamos a qualificar os/as locutores/as e interlocutores/as, como professores/as, psicólogos/as, médicos/as, entre outros/as e também algumas instituições, dentre elas a escola, que continua a ser um espaço privilegiado para falar de sexualidade, possibilitando assim que os corpos dos sujeitos possam ser vigiados, controlados e normalizados.

A 'ideologia de gênero', como uma reatualização dos dispositivos de gênero e de sexualidade, também estaria na formação docente inicial, como um discurso que ao circular, produz sujeitos-docentes para uma lógica cis-heteronormativa.

Essa problematização nos convoca a pensar que os mecanismos de reatualização dos dispositivos estão diretamente imbricados aos movimentos de resistência. De acordo com Fabiana Marcello (2003), ao tempo que um dispositivo opera para instaurar e reiterar a norma, há processos concretos de resistência,

> somente porque há resistência [...] é que o dispositivo vê a necessidade de reafirmar-se continuamente e, mais do que isso, de atualizar-se. Este é um movimento de constante atualização das relações de força, uma vez que a geração de resistência faz com que elas se cruzem com a necessidade de gerar novas formas de controle (geralmente normativo) que, por sua vez, geram novas formas de resistência, numa dinâmica incessante e circular (Marcello, 2003, p. 127).

A norma, portanto, é o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador "que vai se aplicar, da mesma forma ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica" (Foucault, 1999a, p. 302,) e tanto a norma quanto os dispositivos que a sustentam se deslocam, se modificam, se ampliam, se reinventam.

Como anteriormente discutimos, houve um movimento político que a partir de 2003, garantiu importantes direitos à comunidade LGBTQIA+, não significa, entretanto, dizer que os dispositivos de gênero e de sexualidade não estivessem em operação, mas que essas políticas de direitos surgem a partir de movimentos de resistências à norma cis-heterossexual e aos dispositivos que sustentam a sua existência. Os movimentos de resistência que resultaram na conquista de direitos e na elaboração de projetos para levar às escolas a temática LGBTQIA+ e as

temáticas de gênero e sexualidade determinaram a necessidade de reatualização desses dispositivos, seriam necessárias outras estratégias para a garantia da norma. A 'ideologia de gênero' que pairava pelo mundo desde a década de 90, como um dispositivo retórico e persuasivo, "para reorganizar o discurso político e desencadear novas estratégias de mobilização e intervenção" (Junqueira, 2022, p. 17), encontra solo fértil como *slogan* dos grupos conservadores e religiosos, para condenar qualquer menção a gênero, sexualidade e direitos LGBTQIA+ na educação.

A 'ideologia de gênero' é "um projeto de poder retrógrado associado ao *aggiornamento* do dispositivo da sexualidade que, ao que tudo indica, em muitos cenários tende a se desdobrar segundo dinâmicas e articulações das batalhas por hegemonia" (Junqueira, 2018, p. 487). Gostaríamos de acrescentar às considerações de Rogério Junqueira, que a 'ideologia de gênero', não só reatualiza o dispositivo da sexualidade, mas também o dispositivo de gênero, pois além de produzir discursos sobre a naturalização da cis-heterossexualização dos corpos, normatiza a masculinidade e a feminilidade, torna desprezíveis outras formas de viver os prazeres e os desejos, produz sexualidades dissidentes e as condena, governa e disciplina os sujeitos. A 'ideologia de gênero', ao reatualizar os dispositivos de gênero e de sexualidade, se sustenta e opera imbricado a outros dispositivos, a exemplo: da mídia (Fischer, 2002); da família (Kornatzki; Ribeiro, 2024); da maternidade (Marcello, 2003); da educação (Silva, 1995; Rizza, 2015).

Nos debruçaremos, a seguir, nas enunciações dos/as licenciandos/as a respeito da 'ideologia de gênero', intencionamos colocar em suspensão alguns mecanismos que nos permitiram problematizá-la como um discurso 'antigênero' e suas estratégias político-discursivas para continuar produzindo e governando os sujeitos-docentes.

Enunciações a respeito da 'Ideologia de Gênero'

Ao analisarmos as respostas dos/as licenciandos/as ao questionário, em busca de pistas sobre a 'ideologia de gênero' na formação docente inicial, problematizamos as enunciações propondo dois movimentos em que a 'ideologia de gênero' se coloca em operação na formação docente. No primeiro deles, o sintagma 'teoria/ideologia de gênero' surge como uma estratégia, um *slogan*, para circular, na formação docente e fora dela, produzindo uma rede discursiva para colocar em operação o discurso 'antigênero'. O segundo, refere-se às estratégias político-

discursivas desse discurso para continuar produzindo sujeitos-docentes para a cis-heteronormatividade.

O Sintagma Teoria/Ideologia de Gênero como uma Estratégia de Circulação do Discurso 'Antigênero'

Iniciamos contextualizando que ao longo do questionário, a maioria dos/as licenciandos/as (18 de 22) afirmou que as temáticas de gênero e sexualidade são importantes na formação docente e devem fazer parte dos currículos dos cursos de licenciatura, ainda que em algumas enunciações se apresentassem num viés biológico/biomédico (Vieira & Ribeiro, 2025). Problematizamos, portanto, quando 16 licenciandos/as (de 22) afirmaram que a 'ideologia de gênero' está presente na escola (campo de estágio). Ao mesmo tempo em que citavam a importância das temáticas de gênero e sexualidade, discussões que tecemos em outro artigo (Vieira & Ribeiro, 2025)[10], afirmavam que a 'ideologia de gênero' estava presente na escola, duas afirmações que, de certa forma, se contrapunham.

Debruçamo-nos, então, nas enunciações sobre a 'ideologia de gênero', das quais algumas pistas nos chamam a atenção:

> [...] existe quando a escola não se limita a uma educação sexual, mas aborda questões mais ideológicas como homossexualidade (Licencianda B).
> [...] quando a escola vai trabalharas temáticas de gênero, sexualidade, educação sexual (Licenciando E).
> [...] é quando são trabalhados temas como a homossexualidade, sexualidade (Licenciando M).
> [...] quando há projetos de gênero e sexualidade na escola (Licenciando V).

Percebemos uma associação da 'ideologia de gênero' às abordagens das temáticas de gênero e sexualidade na escola, numa espécie de confusão semântica, como já mencionamos, esse é um dos objetivos do ideário conservador com a 'ideologia de gênero' (Junqueira, 2022), provocar uma confusão com as abordagens das temáticas de gênero e sexualidade, para, então, demonizá-la como uma ameaça às famílias, à moral, aos valores cristãos e à naturalização das masculinidades e das feminilidades. A 'ideologia de gênero' é um neologismo, "orientada a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade, além de ratificar disposições tradicionalistas e pontos doutrinais dogmáticos" (Junqueira, 2022, p. 17-18). Para o autor, esse sintagma 'teoria/ideologia de gênero' e suas variações "espraiaram-se na forma de um poderoso *slogan"* (2018, p.456), em que os grupos conservadores atribuem à teoria

[10] Disponível em https://doi.org/10.54033/cadpedv22n5-219

de gênero um *status* não científico, com formulações meramente ideológicas, fáceis de serem refutadas pela Biologia.

A 'ideologia de gênero', elaborada para ser entendida como um sinônimo de 'teoria de gênero', constitui um sintagma neológico fabricado na forma de "rótulos e *slogans* políticos e, enquanto tais, tendem a funcionar como estandartes, sinais de adesão, pontos de referência na construção e na atuação de grupos de mobilização" (Junqueira, 2018, p. 459). Uma bandeira para agregar diferentes grupos – cristãos/ãs, políticos/as, conservadores/as interessados/as no ideário 'antigênero' – propagada socialmente, não apenas a partir daquilo que defende, mas também daquilo que condena – as outras formas de existência que não a cis-heterossexualidade.

A 'ideologia de gênero' não se resume a um *slogan*, mas é um discurso 'antigênero' atualizado e potente, que vai se constituindo e operando a partir de práticas discursivas necessárias para colocar em funcionamento o discurso 'antigênero'. O discurso da 'ideologia de gênero' é uma reatualização dos dispositivos de gênero e de sexualidade, ou como diz Rogério Junqueira (2018, 2022), um *aggiornamento*.

Para Michel Foucault (1999b, 2012), o discurso é permeado por mecanismos, que definem uma série de proposições - o que pode ser dito, o que é não dito, as posições de sujeito, quem pode falar e como vai operar, o que é a norma -, além disso, se modifica, se reatualiza, reproduz e se reproduz nas relações de poder. As práticas discursivas, por sua vez, são um conjunto de regras, materialmente delimitadas, que vão permitir a produção, reprodução e repetição de enunciados numa realidade, quando as relações discursivas e não discursivas são colocadas em prática.

As práticas discursivas que colocam em funcionamento os enunciados do discurso da 'ideologia de gênero', dentre outras intencionalidades, objetivam a confusão conceitual do sintagma 'teoria/ideologia' de gênero, evidenciada nas enunciações dos/as licenciandos/as. Vale pontuar, que se por um lado o/a licenciando/a "ocupa o papel de sujeito de enunciação, por outro lado, são as práticas discursivas existentes neste contexto que definem as condições de possibilidade para que o enunciado possa surgir e ser validado" (Faé, 2004, p. 409).

Como reatualização dos dispositivos de gênero e de sexualidade, o discurso da 'ideologia de gênero' vai operar na formação docente inicial, através das práticas discursivas engendradas para darem vida aos enunciados, tanto no seu interior, como na sua exterioridade, já que acionam e colocam em ação outros discursos e

outros dispositivos. Olhamos para a ‘ideologia de gênero’ enquanto um discurso, considerando os ditos e os não ditos, pois a ‘ideologia de gênero’ enquanto discurso ‘antigênero’ pode operar sem que a expressão ‘ideologia de gênero’ seja dita.

O discurso da ‘ideologia de gênero’ utiliza como bandeira a ameaça à inocência das crianças e adolescentes, a partir da naturalização da cis-heterossexualidade e do cristianismo e do direito da família em escolher a educação dos/as filhas/os, objetivando uma falsa ‘neutralidade’ na escola para livrá-la da ‘ideologia de gênero’ (Junqueira, 2018, 2022; Linço et al, 2018). Embora estimule uma vigia aos/às professores/as para a garantia dessa falsa ‘neutralidade’, não explicita diretamente sobre a formação docente, o que não significa que não esteja nas suas estratégias de funcionamento, pois como apresentamos, o discurso ‘antigênero’ esteve presente nas discussões de políticas de formação docente (Silva et al, 2023; Bortolini, 2022).

Os sujeitos-docentes em formação são alvos do discurso ‘ideologia de gênero’, já que atuarão com crianças e adolescentes nas escolas, fazê-los reproduzirem o sintagma “teoria/ideologia de gênero” e causar-lhes uma confusão semântica, estão entre as estratégias discursivas que colocam em funcionamento o discurso ‘antigênero’. Nas enunciações, algumas pistas nos chamam a atenção, como “não se limita à educação sexual” ou “outros assuntos são trabalhados”, como indícios de que as temáticas de gênero e sexualidade quando trabalhadas numa perspectiva biológica ou biomédica, não se constituiriam como ‘ideologia de gênero’, os discursos biológico e biomédico fazem parte das estratégias para a manutenção da cis-heterossexualização dos corpos. Na condenação à suposta ‘ideologia de gênero, pelos grupos conservadores ‘antigênero’, não é novidade que “as estratégias discursivas se orientam não apenas a contrastar concepções desnaturalizantes de humanidade, corpo, gênero e sexualidade, mas sobretudo a promover a rebiologização da diferença sexual” (Junqueira, 2018, p. 452).

Nesse mesmo sentido, as enunciações nos apontam a associação do discurso da ‘ideologia de gênero’ à homossexualidade e a projetos sobre sexualidade e gênero quando não abordados numa perspectiva biológica ou biomédica. Essa estratégia do discurso ‘antigênero’ normatiza a cis-heterossexualidade e coloca as sexualidades dissidentes (LGBTQIA+) como abjetas[11].

[11] Conceito utilizado por Judit Butler (2019), como referência ao corpo abjeto, aquele invisível, que inexiste no contexto histórico, incapaz de ter papel efetivo no campo discursivo, sem legitimidade, sem materialidade.

O discurso ‘ideologia de gênero’, nas suas estratégias discursivas, condena outras abordagens das temáticas de gênero e sexualidade, incluindo qualquer referência a comunidade LGBTQIA+, colocando-as como uma ameaça à inocência das crianças e adolescentes e à família tradicional (Junqueira, 2018, 2022), culpando os/as docentes, que estariam se utilizando de suas ideologias para doutrinar e ensinar outros comportamentos, outras configurações familiares, outras formas de viver as sexualidades e os prazeres, que não os cis-heterossexuais. Além disso, esses mecanismos do discurso ‘antigênero’ situam as sexualidades não cis-heterossexuais – dissidentes - como resultados de práticas de doutrinação, possíveis de serem transmitidas e ensinadas, baseiam-se no “preconceito que pressupõe a existência de uma sexualidade normal, acabada e completa, a saber: a heterossexualidade monogâmica em função da qual se deve interpretar e julgar todas as outras sexualidades” (Borrillo, 2010, p. 71).

O discurso da ‘ideologia de gênero’ opera muito além de um *slogan*, mas produz saberes, legitima verdades, produz os sujeitos, os normativa, os governa a partir de uma lógica cis-heterossexual e condena as sexualidades dissidentes. Na sequência, concentramo-nos nas enunciações dos/as licenciandos/as que dão pistas do discurso ‘ideologia de gênero’ como reatualização dos dispositivos de gênero e de sexualidade, a partir de suas estratégias discursivas que operam na produção e na condução das condutas dos sujeitos-docentes para a cis-heterossexualização dos corpos.

Enunciações sobre a ‘Ideologia de Gênero’: Estratégias Político-Discursivas que Produzem Sujeitos-docentes e os Governam para a Cis-heterossexualização

Nesta seção, pretendemos evidenciar a partir das enunciações sobre ‘ideologia de gênero’, algumas estratégias político-discursivas colocadas em operação para legitimar verdades produzidas por saberes cis-heteronormativos. Elencamos as enunciações sobre a ‘ideologia de gênero’:

> [...] quando a escola trabalha projetos que vão além do masculino e feminino, quando tem discussões sobre a linguagem neutra, gênero, sobre homossexualidade, utilização de banheiros, nome social (Licenciando G).
> [...] sempre quando temas como a tal linguagem neutra, nome social, banheiros unissex são trabalhados, quando há projetos de gênero e sexualidade na escola (Licenciando V).
> A escola deve trabalhar temas de sexualidade, como gravidez na adolescência, doenças, prevenção, acho que ideologia de gênero acontece nas escolas, quando outros assuntos são trabalhados, como homossexualidade, nome social, o uso do

> ‘todes’, pois, são temas ideológicos e ameaçam os valores familiares e até religiosos (Licencianda L).
> [...] quando a escola ou os professores abordam temáticas específicas como gênero, sexualidade, educação sexual (Licenciando T).

A partir das enunciações, evidenciamos algumas estratégias político-discursivas acionadas e colocadas em operação a partir do discurso ‘ideologia de gênero’: 1. a linguagem ‘neutra[12]’; 2. divisão dos banheiros; 3. nome social; 4. abordagens para além do discurso biológico e biomédico.

Além de alguns/as licenciandos/as apontarem que a linguagem ‘neutra’ é parte da ‘ideologia de gênero’, umas das enunciações exemplificou, justamente, “o uso do todes”. Para problematizar essa associação da linguagem ‘neutra’ à ‘ideologia de gênero’, julgamos importante, voltar ao questionário para verificar as enunciações dos/as licenciandos/as sobre a linguagem ‘neutra’, das quais elencamos algumas pistas – ‘não sou favor, porque não existe nas normas cultas’, ‘usar a linguagem neutra é assassinar a língua portuguesa’, ‘a gramática só prevê o masculino e feminino’, ‘não sou contra, mas para usá-la, a língua culta precisa ser deixada de lado”.

Essa condenação à linguagem ‘neutra’ ampara-se na naturalização das prescrições gramaticais normativas, no entanto, consideramos que a gramática da Língua Portuguesa, de forma sexista, ao mesmo tempo que considera o masculino e o feminino, descreve como universal a utilização de expressões masculinas. A nossa língua faz usos que marginalizam, depreciam e subestimam o/a outro/a não-hegemônico/a, é preconceituosa com mulheres assim como com a comunidade LGBTQIA+, entre outros/as. Somente 8 participantes da pesquisa (de um total de 22) se posicionaram favoráveis à linguagem ‘neutra’, todas mulheres, vale ponderar que elas constituem a maioria da população brasileira e “continuam tendo que enfrentar a injusta exclusão que nosso idioma ajuda a propagar, em pleno século XXI” (Gonçalves, 2018, p. 109).

A linguagem ‘neutra’ tem recebido constantes críticas e ataques dos grupos ‘antigênero’, tendo como bandeira a defesa das regras gramaticais da Língua Portuguesa, mas com uma clara intenção de legitimar as verdades produzidas pelos saberes cis-heteronormativos e, dessa forma, condenar as sexualidades dissidentes e todas as suas manifestações de existência. A linguagem ‘neutra’ “é apresentada como mais uma arma de destruição da diferença sexual e da família é uma das

[12]Preferimos utilizar a expressão ‘neutra’ entre aspas, por entender que nas teorizações pós-críticas não há neutralidade, ou seja, a não utilização de uma linguagem sexista nunca será neutra, mas é carregada de intencionalidades.

opções previsíveis no cardápio das estratégias político-discursivas desses cruzados" (Junqueira, 2022).

Uma segunda estratégia política-discursiva da 'ideologia de gênero', embora tenha aparecido em duas enunciações, é a referência aos banheiros. Voltamos, então, para analisar as enunciações sobre como eram os banheiros nas escolas onde realizaram o estágio - todos/as os/as licenciandos/as (total de 22) expressaram que os banheiros eram divididos por gênero – 6 afirmaram que deveria haver um banheiro para pessoas trans, para 3 os banheiros devem ser divididos por gênero, 6 afirmam que os banheiros deveriam ser unissex, os demais não responderam. Selecionamos algumas enunciações:

> Sou a favor dos banheiros unissex e ao mesmo tempo contra, pela forma que alguns meninos utilizam, ex: urinam sem levantar a tampa da patente, já que as meninas têm maior incidência de desenvolver ITU e IST, pela genitália estar muito exposta, (Licencianda F).
> O banheiro tem que ser divido por sexo, por causa da higiene das mulheres e da intimidade delas (Licenciando G).
> Se uma pessoa não se sentir a vontade de usar o banheiro masculino ou feminino, a escola poder ter um outro banheiro para essas pessoas, para inclui-las (Licencianda L).

Para Adla Teixeira e Ana Raposo (2007, p. 1), "os banheiros são espaços de alta densidade simbólica para a investigação das relações de gênero e sexualidade no contexto público e escolar", a separação dos banheiros muitas vezes é justificada pela falsa ideia da intimidade que duas pessoas do mesmo gênero têm para poder ficarem nuas, também com a alegação cis-heterossexista de que não haveria abusos ou violências. Sobre a divisão dos banheiros na escola, as autoras descrevem que essa separação se insere nos roteiros coercitivos de gênero na socialização, tais roteiros de gênero e sexualidade apresentam prescrições e concepções de valor moral e comportamental, portanto, conduzem as condutas dos sujeitos, pois os banheiros de forma generificada legitimam o binarismo masculino/feminino e a cisgeneridade, portanto, faz partes das estratégias do discurso da 'ideologia de gênero'. Para Rogério Junqueira (2010, p.6), "a violação do direito ao acesso ao banheiro é um exemplo que mostra que processos de espacialização são acompanhados de naturalizações sutis, que se desdobram em interdições e segregações". A criação de banheiros unissex constitui a possibilidade de transgressão da binarização masculino/feminino e da cis-heterossexualização dos corpos.

As enunciações sobre o banheiro acionam outras estratégias discursivas: o discurso biológico e biomédico, a preservação da intimidade das mulheres e a

manutenção da categorização cis/trans mascarada de inclusão. Se entendemos as práticas discursivas como um conjunto de regras e estratégias que permitem a produção, reprodução e repetição dos enunciados, lhes dando condições de possibilidade (Foucault, 1999b), não podemos deixar de olhar para os enunciados do discurso da 'ideologia de gênero', que operam na produção de sujeitos-docentes e na condução de suas condutas, inclusive quando a expressão 'ideologia de gênero' não é dita, falada ou enunciada.

Uma terceira estratégia político-discursiva da 'ideologia de gênero', sinalizada nas enunciações, é a referência ao nome social. Apenas uma licencianda afirmou que teve um aluno que utilizava nome social.

> Tive um aluno que utilizava nome social, e tinha alguns professores que não aceitavam [...] queriam que a família apresentasse um documento, porque se não constasse o nome correto não era oficial (Licencianda H)

Problematizamos que o nome, como um ato de nomear ou reconhecer o/a outro/a "revela práticas discursivas que tanto podem visibilizar politicamente sujeitos e seus corpos, quanto silenciá-los" (Alves & Moreira, 2015, p. 60), assim, o nome social – ou segundo nome trans – se constitui um mecanismo de transgressão da norma e de resistência política (Preciado, 2014; Alves & Moreira, 2015).

Buscamos em Paul Preciado, essa noção de segundo nome.

> Toda pessoa trans tem (ou teve) dois ou mais nomes próprios. Aquele que foi designado na hora do nascimento, cujo nome a cultura dominante buscou normalizá-lo e o nome que assina no início do processo de subjetivação dissidente. Os nomes trans não indicam o pertencimento a outro sexo, mas denotam um processo de identificação [...] o segundo nome utilizado pelas transexuais, a peruca *drag*, o bigode, enfim, são signos intencionais e hiperbólicos de uma travestilidade político sexual. E isso acontece não a partir do verdadeiro sexo ou do autêntico nome: mas sim através da construção de uma ficção viva que resiste a norma (2014, parágrafo 2).

O segundo nome não se refere apenas à substituição de um nome, mas o ato de nomear um corpo dissidente que resistiu e escapou à cis-heterossexualização. Cláudio Alves (2016, p. 32) descreve que o efeito do nome social aponta para um "duplo processo: de aceitação/reconhecimento ou de rejeição/negação. A aceitação e o reconhecimento pelo outro fortalecem a escolha feita, enquanto a rejeição ou negação pelo outro tolhe e cerceia o direito de ser".

Essa associação do nome social à 'ideologia de gênero', por professores/as em formação, está nas estratégias político-discursivas do discurso 'antigênero', da mesma forma que a criação de banheiros unissex e a utilização da linguagem 'neutra'. Os grupos conservadores condenam a 'ideologia de gênero', pautando-se

na defesa da gramática, do sexo genital, da naturalização do gênero e da sexualidade, da religião, de Deus, da família tradicional, para condenar as existências não cis-heterossexuais.

A quarta estratégia político-discursiva, evidenciada nas enunciações, é a redução das temáticas de gênero e sexualidade ao discurso biológico e biomédico, a ponto de considerar que outras abordagens estariam no rol da ameaça da 'ideologia de gênero', transcrevemos algumas pistas: "quando a escola trabalha projetos que vão além do masculino e feminino" e "a escola deve trabalhar temas de sexualidade, como gravidez na adolescência, doenças, prevenção".

O discurso biológico e biomédico utiliza-se de saberes da Biologia e da Medicina para diferenciar os corpos a partir do sexo genital (Vieira, 2025), numa espécie de determinismo biológico, cujas verdades consolidam a ideia de gênero como dependente do sexo genital e como forma de generalização e naturalização de comportamentos de indivíduos e/ou grupos, que acabam por reforçar as oposições binárias e as desigualdades (Souza & Meyer, 2020). Para Fabiane Carvalho e Álvaro Lourencini Junior (2018, p. 579), muitas verdades e discursos foram disseminados entre o final do século XIX e início do século XX - baseados em explicações biológicas e pautados em saberes científicos positivistas, médicos e no racismo científico - "elegeram a biologia como soberana para ordenar os corpos e para se estabelecer marcadores dos entendimentos generificados".

Segundo Leonardo Cardozo Vieira e Paula Regina Ribeiro (2025), resumir às temáticas de gênero e sexualidade ao discurso biológico e biomédico faz parte dos mecanismos dos dispositivos de gênero e de sexualidade, para legitimar o binarismo masculino/feminino, naturalizar a noção de gênero e sexualidade, normatizar a cis-heterossexualidade e condenar os corpos e as sexualidade que escapam.

Entendemos que todas as estratégias acionadas para colocar em funcionamento o discurso da 'ideologia de gênero' que elencamos, a partir das enunciações, visam a produção de sujeitos-docentes e a condução de suas condutas. Ancoramos a noção de condução das condutas no conceito de governamentalidade (Foucault, 2008a, p. 258) como referência à "maneira como se conduz a conduta dos homens".

A 'ideologia de gênero' enquanto um discurso 'antigênero', como problematizamos nesse estudo, utiliza-se de uma série de mecanismos, de práticas discursivas que ao lhes conferirem condições de existência, não só produzem os sujeitos, mas os colocam sob um emaranhado de técnicas de governamento.

> Por esta palavra, governamentalidade, entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a proeminência desse tipo de poder que podemos chamar de 'governo' sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo, e por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes (Foucault, 2008b, p. 143-144).

O discurso da 'ideologia de gênero' não só aciona, como reatualiza, uma série de estratégias, para governar os sujeitos, conduzir seus corpos e suas sexualidades às normas cis-heterossexuais, reatualizando, portanto, os dispositivos de gênero e de sexualidade. Utiliza-se de regras e prescrições gramaticais para classificar os sujeitos e os seus comportamentos, ampara-se nas técnicas de poder, biopoder e biopolítica (Foucault,1999a, 2008a), para disciplinar e controlar o corpo e, através dos saberes instituídos como verdades, legitimados pelo discurso biológico e biomédico, governar a espécie humana.

O discurso da 'ideologia de gênero' e suas técnicas de governamento, encontra na escola um campo muito fértil, pela sua capacidade de produzir corpos dóceis, úteis e governamentalizar a nível coletivo (Veiga-neto, 2018; Feijó, 2023). O discurso da 'ideologia de gênero', como uma reatualização dos dispositivos de gênero e de sexualidade, não só circula e se propaga pelos espaços educacionais pregando a 'neutralidade' do currículo, mas atacando professores/as na tentativa de proibir gênero e sexualidade na escola, no currículo e nas políticas educacionais (Paraíso, 2018). A clara tentativa de tirar do docente a sua autoridade e de proibir/coibir discursos acadêmicos e pedagógicos sobre e gênero e sexualidade nos espaços educacionais, visa garantir que os discursos religiosos e morais tradicionais permaneçam como discursos dominantes e como únicos referenciais para a formação dos sujeitos (Lopes et al., 2018).

Em guisa de finalização, inspirados em Marlucy Paraíso (2018, p. 212), olhamos para a 'ideologia de gênero' como um discurso que dentre outras coisas:

> a) ataca frontalmente os feminismos, os estudos de gênero e as teorias queer;
> b) considera que gênero é uma ideologia;
> c) divulga que gênero não é científico;
> d) dissemina que gênero é uma ideologia contrária aos interesses da família;
> e) que gênero e sexualidade não podem ser ensinados na escola;
> f) que quem falar sobre gênero e sexualidade na escola deve ser punido.

À medida em que olhamos para o discurso da 'ideologia de gênero' como um poderoso investimento na formação em licenciatura para produzir sujeitos-docentes que, ao serem governados/as, possam governar outras condutas e, dessa forma, garantir a sua manutenção, direcionamos as lentes à escola ou à formação de

professores/as, como locais de resistências e de outros possíveis para uma educação para as sexualidades (Paraíso, 2018; Vieira & Ribeiro, 2025), que se constituam como estratégias de resistência ao discurso da 'ideologia de gênero' e aos dispositivos que ele reatualiza.

Algumas Considerações

Fomos compondo esses escritos, interessados em problematizar a 'ideologia de gênero' na formação docente inicial, entendo-a como um discurso que reatualiza os dispositivos de gênero e de sexualidade. Tecemos um referencial teórico-metodológico alicerçado nas teorizações pós-críticas e operamos com três conceitos-ferramentas de inspiração foucaultiana: dispositivo, enunciação, problematização.

Utilizando-nos do conceito-ferramenta do dispositivo colocamos em suspensão as verdades que normatizam e naturalizam o discurso biológico e biomédico do gênero e da sexualidade. Contextualizamos a 'ideologia de gênero', inicialmente, como um *slogan* e fomos evidenciando suas estratégias político-discursivas para situá-la como um discurso 'antigênero', que produzem verdades que operam na produção e na condução das condutas dos sujeitos-docentes.

Apontamos alguns mecanismos discursivos da 'ideologia de gênero': 1. considerar que as abordagens das temáticas de gênero na educação são de cunho ideológico e doutrinário (Junqueira, 2022; Paraíso, 2018); 2. condenar as perspectivas de gênero e de sexualidade na escola, que não sejam da ordem do discurso biológico e biomédico (Vieira & Ribeiro, 2025); 3. colocar as abordagens das temáticas de gênero e de sexualidade como ameaça à inocência das crianças e adolescentes, a biologia, a deus e a família (Junqueira, 2022); 4. denunciar os/as professores/as como doutrinadores/as e criminalizar suas práticas que fizerem menção às teorias de gênero e sexualidade (Paraíso, 2018); 5. normatizar a cis-heterossexualidade e tornar os corpos dissidentes como abjetos (Butler, 2019).

As enunciações evidenciaram a noção do sintagma neológico teoria/ideologia de gênero (Junqueira, 2018, 2022), elaborado para causar uma confusão e atribuir à teoria de gênero um caráter não científico, com tendências ideológicas, passíveis de serem refutadas pelos saberes da Biologia, utilizado como uma bandeira política que agrega diferentes grupos - conservadores, religiosos e de políticos – interessados na pauta 'antigênero'.

Evidenciamos, a partir daquilo que condena, legitima, normatiza, categoriza e governa, as redes discursivas que dão condições de possibilidades aos enunciados (Foucault, 1999b) que compõe o discurso da ‘ideologia de gênero’. Problematizamos também a naturalização da sexualidade e do gênero a partir dos discursos biológicos e biomédicos, o determinismo biológico utilizado para consolidar a ideia de gênero como algo inerente ao sexo genital, igualmente, o fato das enunciações apontarem as abordagens sobre a homossexualidade como ‘ideologia de gênero’. Está no rol das estratégias do discurso da ‘ideologia de gênero’ normatizar a cis-heterossexualidade e condenar, portanto, as sexualidades, os gêneros e os corpos outros, dissidentes, periféricos (Junqueira, 2022), considerados uma ameaça à inocência das crianças e adolescentes, à Biologia, à religião e à família.

Problematizamos, portanto, o discurso da ‘ideologia de gênero’ como reatualização dos dispositivos de gênero e de sexualidade, buscamos, nas enunciações, algumas evidências que fizessem referência às estratégias político-discursivas ‘antigênero’: 1. linguagem ‘neutra’; 2. banheiros; 3. nome social; 4 abordagens para além do discurso biológico e biomédico das temáticas de gênero e de sexualidade.

As enunciações mostraram esse mecanismo do discurso da ‘ideologia de gênero’, para condenar a linguagem ‘neutra’ com base nas regras gramaticais, não só evidenciando o caráter sexista da Língua, mas fortalecendo o binarismo masculino/feminino (Gonçalves, 2018). As enunciações nos dão pistas de estratégias discursivas que consideram que o banheiro nas escolas deve ser divido a partir de características anatômicas, atribuindo ao banheiro unissex um caráter perigoso, de possíveis violências, sem privacidade (Teixeira & Raposo, 2007). Além disso, a criação de um banheiro específico para os não cis-heteronormativos é apontado pelas estratégias do discurso ‘antigênero’, reiterando que esses corpos não dissidentes são abjetos (Butler, 2019).

Encontramos, nas enunciações, uma referência ao uso do nome social como ‘ideologia de gênero”, problematizamos que o reconhecimento de um nome social, implica o reconhecimento de um corpo dissidente (Preciado, 2014). Novamente, a estratégia político-discursiva ‘antigênero’ estaria operando para condenar os que escapam à norma cis-heterossexual. As enunciações reiteram que o discurso biológico e biomédico das temáticas de gênero e sexualidade não seria ‘ideologia de gênero’, evidenciando a estratégia discursiva ‘antigênero’ - fazer acreditar que as temáticas de gênero e sexualidade se reduzem ao biológico para referendar a norma

masculino/feminino, para classificar os sujeitos a partir da cis-heterossexualidade e tornar abjetos os corpos que escapam.

A invenção do discurso da 'ideologia de gênero' objetivou, ao condenar qualquer referência às teorias de gênero, ganhar destaque no meio político, conservador e religioso, utilizando-se de variadas estratégias discursivas cis-heteronormativas: demonizar os/as dissidentes e aqueles/as que ousarem falar de seus direitos, criminalizar os/as professores/as e os/as colocar sob vigia. Essas estratégias político-discursivas, como repertório do discurso da 'ideologia de gênero', nos ajudam a problematizá-la como uma reatualização dos dispositivos de gênero e de sexualidade para a garantia da manutenção da cis-heterossexualidade.

Finalizamos evidenciando, no contexto da pesquisa, que o discurso da 'ideologia de gênero' está operando na formação inicial, e que os sujeitos-docentes em formação são importantes alvos dos grupos 'antigênero', afinal, o investimento para produzir e conduzir aqueles/as que estarão nas escolas - onde o fantasma da 'ideologia de gênero' precisa ser mantido e condenado - é um solo fértil para produzir sujeitos e governar as suas condutas. Assim, diante do que as enunciações dos/as licenciandos/as vão evidenciando e das problematizações que tecemos, entendemos e prospectamos a necessidade de continuidade de nossas investigações na formação docente, na escola e no currículo, para problematizar as suas vontades de sujeitos, para que possamos descortinar além das estratégias do discurso da 'ideologia de gênero', dos dispositivos de gênero e de sexualidade, mas como se ancoram e operam em articulação a outros dispositivos. Os modos pelos quais as temáticas de gênero e sexualidade são demonizadas pelo discurso da 'ideologia de gênero' nos provocam, irritam, incomodam, enraivecem (Paraíso, 2018) e nos desacomodam, para que continuemos a pesquisar, produzir, discutir sobre elas, mas também para escavar outros possíveis para que essas temáticas e seus atravessamentos estejam nas escolas, na educação, nos currículos.

Referências

Alves, C. & Moreira, M. (2015). Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras. *Quaderns de Psicologia*, Vol.17, Nº 3, 59-69. http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1275

Alves, C. (2016). *Um nome sui generis: implicações subjetivas e institucionais do nome (social) de estudantes travestis e transexuais em escolas municipais de*

Belo Horizonte/MG. [Tese de Doutorado, PUC/MG]. http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Psicologia_AlvesCE_1.pdf.

Borrillo, D. (2010). *Homofobia: história e crítica de um preconceito* (G.J.F. Teixeira, tradução). Minas Gerais: autêntica.

Bortolini, A. (2022). *Falar de gênero para construir a democracia: o ciclo da política educacional em gênero e diversidade sexual (2003-2018)*. [Tese de Doutorado – USP]. https://doi.org/10.11606/T.48.2022.tde-19012023-093845.

Bortolini, A. (2023). *É prá falar de gênero Sim: Fundamentos legais e científicos da abordagem de questões de gênero na educação*. [s.n.]. Brasília.https://eprafalardegenero.wixsite.com/livro.

Brasil (2019). *Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Butler, J. (2018). *Problemas de Gênero:Feminismo e Subversão da Identidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Butler, J. (2019). *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: n-1, edições.

Butler, J. (2022). *Desfazendo o gênero.* São Paulo: Editora Unesp.

Butler, J. (2024). *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo.

Carvalho, F. A. de & Lorencini Júnior, Á. (2018). Os discursos biológicos para os gêneros, as sexualidades e as diferenças no Brasil: um panorama histórico. *Revista Valore*, Volta Redonda, v. 3, n. Edição Especial, p. 575-58. https://doi.org/10.22408/reva302018149575-586.

Castro, R. & Ferrari, A. (2021). Currículo e formação em pedagogia: o que dizem estudantes sobre os paradoxos que marcam o trabalho com relações de gênero e sexualidades? *Revista Brasileira de Educação*, vol. 26, e260040, p. 01-23. https://doi.org/10.1590/s1413-24782021260040

Costa, R. (2021). *O Movimento Escola sem Partido e suas implicações para os estudos de gênero.* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia). https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34639.

Deleuze, G. (2020). *Diferença e Repetição* (L. Orlandi & R. Machado, tradução). Relógio D'água.

Faé, R. (2004). A genealogia em Foucault. *Psicologia Em Estudo*, *9*(3), 409–416. https://doi.org/10.1590/S1413-73722004000300009

Feijó, A. P. & Ribeiro, P. C. (2023). Problematizações sobre diversidade, diferença e a racionalidade neoliberal no mercado de trabalho. *Cadernos De Pesquisa*, *30*(2), 9–30. https://doi.org/10.18764/2178-2229v30n2.2023.18.

Fischer, R. M. (2002). O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Educação e Pesquisa*, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jun. https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100011

Fonseca, M. (2011). *Michel Foucault e constituição do sujeito*. São Paulo: Educ.

Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In: Dreyfus, H. & Rabinow, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (1998). *Microfísica do poder.* 13. ed. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1999a). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (975–1976)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1999b). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola.

Foucault, M. (2008a). *Nascimento da biopolítica*.São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2008b). *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2010). O cuidado com a verdade. In: Foucault, M. *Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade e Política.*Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 240-251.

Foucault, M. (2012). *A Arqueologia do saber.* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2020) *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

Gonçalves, D. (2018). Por uma língua feminista: uma breve reflexão sobre o sexismo linguístico. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, [S.l.], v. 4, n.1, p. 99–115. https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/9317

Junqueira, R. (2018). A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, 18(43), 449-502. https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a04.pdf.

Junqueira, R. (2022). *A invenção da Ideologia de Gênero: um projeto de poder.* Brasília, Letras Livres.

Junqueira, R. (23 a 26 agosto, 2010). Currículo, cotidiano escolar e heteronormatividade em relatos de professoras da rede pública. In 9º Fazendo Gênero: diáspora, diversidades, deslocamentos. Florianópolis: UFSC.

Kornatzki, L. & Ribeiro, P. (2024). Dispositivo da família: problematizando o discurso de família-afeto. *Série-Estudos*, v. 29 n. 66, p. 305–326. https://doi.org/10.20435/serieestudos.v29i66.1846

Lionço, T., Alves, A. C., Mattiello, F. & Freire, A. (2018). "Ideologia de gênero": estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. *Psicologia Política*. vol. 18. nº 43. p. 599-621. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&tlng=pt.

Lopes, A., Oliveira, A. L. & Oliveira, G. (2018). *Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo*. Editora da UFPE.

Marcello, F. (2003). *Dispositivo da maternidade: mídia e produção agonística de experiência.* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3734.

Mattos, A. (2018). Discursos ultraconservadores e o truque da "ideologia de gênero": gênero e sexualidades em disputa na educação. *Psicologia Política*, v.18,

n.43, p. 573-586. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300009&lng=pt&tlng=pt.

Paraíso, M. & Meyer, D. (2012). *Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação*. Belo Horizonte: Mazza.

Paraíso, M. (2018). Currículo, gênero e heterotopias em tempos do slogan "ideologia de gênero". In A. C. Lopes, A. L. A. M. Oliveira, & G. G. Oliveira (Eds.), *Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo* (pp. 221-241). Recife: Editora UFPE.

Pereira, L., Ribeiro, P. & Rizza, J. (2020). A ofensiva antigênero e seus efeitos: um projeto-experiência com professoras/es da Educação Básica. *Retratos da Escola*, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 107–126. https://doi.org/10.22420/rde.v14i28.1093.

Preciado, P. (2014, 23 de junho). Desprivatizar o nome próprio, desfazer a ficção individualista. Portal Fórum. https://revistaforum.com.br/movimentos/2014/6/23/beatriz-preciado-desprivatizar-nome-proprio-desfazer-fico-individualista-9640.html

Rizza, J. L. (2015). *A sexualidade no cenário do Ensino Superior: um estudo sobre as disciplinas nos cursos de graduação das universidades federais brasileiras.* [Tese de Doutorado, FURG]. https://repositorio.furg.br/handle/1/6008.

Silva, T. T. da (1995). *O sujeito da Educação: Estudos Foucaultianos*. 2ª edição. Editora Vozes.

Silva, T. T. da (2000). A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, T. T. da Org. *Identidade e Diferença*. Rio de Janeiro: Vozes.

Silva, V., Martelli, A. & Sandri, S. (2023). As temáticas de gênero e sexualidade na BNC-formação. *Diversidade e Educação*, *11*(1), 911–938. https://doi.org/10.14295/de.v11i1.15228.

Siqueira, C. (01 de janeiro, 2019). Ao tomar posse, Bolsonaro pede apoio ao Congresso para “restaurar e reerguer” o Brasil. Agência Câmara de Notícias. https://www.camara.leg.br/noticias/550448-ao-tomar-posse-bolsonaro-pede-apoio-ao-congresso-para-restaurar-e-reerguer-o-brasil/

Soares, J. & Gallino, D. (10 de agosto, 2019). 'Ideologia de gênero é coisa do capeta' e 'leis existem para proteger maiorias', diz Bolsonaro. O Globo. https://oglobo.globo.com/brasil/ideologia-de-genero-coisa-do-capeta-leis-existem-para-proteger-maiorias-diz-bolsonaro-23868960

Souza, E. J.& Meyer, D. (2020). Sexualidade e gênero: o que a Biologia tem a enunciar? *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 27, n. 1, jan./mar. http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa

Souza, M. & Ferrari, A. (2019). Inquietações sobre gênero e sexualidade em espaços formativos: o caso do Pibid de Ciências. *Ensino em Revista*. v. 26, n. 1, p. 40-59, jan.-abr. http://dx.doi.org/10.14393/ER-v26n1a2019-2.

Texeira, A. & Raposo, A. (03 a 10 outubro, 2007). Banheiros escolares: promotores de diferenças de gênero. ANPED. Caxambu. http://30reuniao.anped.org.br/

Veiga-Neto, A. (2018). Gubernamentalidad neoliberal: implicaciones para la educación. In: *Alfredo Veiga-Neto y los estúdios foucaultianos em educación*. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, p. 193-225.

Vieira, L. C. (2025). *Dispositivos de gênero e de sexualidade na formação docente inicial: problematizando a produção de sujeitos-docentes.* [Tese de Doutorado em Educação em Ciências – FURG]. https://argo.furg.br/?BDTD14567

Vieira, L. C. & Ribeiro, P. R. (2025). Os dispositivos de gênero e de sexualidade em operação na formação docente inicial: problematizando enunciações de licenciandos/as na área de Ciências da Natureza. *Caderno Pedagógico*, *22*(5), e15069. https://doi.org/10.54033/cadpedv22n5-219

Vital, R., Vieira, A. G. & Caetano, M. (2021). Gênero e diversidade na educação: a BNCC e o livro didático em Pelotas-RS. *Educação Em Foco*, *26* (Especial). https://doi.org/10.34019/2447-5246.2021.v26.34884

Zago, L. & Sacchi, L. (2016). Dispositivo, gênero e diversidade sexual: uma incursão teórica. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 13, n. 34, p. 322-240. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/188792.

TÍTULO DA OBRA
O discurso da 'ideologia de gênero' na produção de sujeitos-docentes: uma reatualização dos dispositivos de gênero e de sexualidade

Leonardo Cardozo Vieira
Doutor em Educação em Ciências
Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Brasil
bio.leo.mat@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-2889-9161

Doutor em Educação em Ciências (FURG), Mestre em Ensino (IFSUL), Licenciado em Ciências Biológicas (UFPEL), Pedagogia (UNICESUMAR) e Letras (Claretiano), Especialista em Psicanálise, Atendimento Educacional Especializado e Coordenação Pedagógica.Pesquisador do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE).

Paula Regina Costa Ribeiro
Doutora em Ciências Biológicas
Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências. Rio Grande, Brasil
pribeiro.furg@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-7798-996X

Professora titular do Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Pós-doutora pela Escola de Educação de Coimbra. Editora da Revista Diversidade e Educação. Líder do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE), atuando principalmente nos seguintes temas: corpos, gêneros e sexualidades. Bolsista produtividade I do CNPq.

Endereço de correspondência do principal autor
Rua Um – Visconde da graça, nº 105. Apartamento 429. Bairro Fragata. Pelotas, RS. CEP 96030-480

AGRADECIMENTOS
Agradecemos à Universidade Federal do Rio Grande e ao Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola, por constituírem-se além de territórios de estudos e de pesquisas, lócus de exercícios do pensamento e de resistência.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA
Os papéis descrevem a contribuição específica de cada colaborador para a produção acadêmica inserir os dados dos autores conforme exemplo, excluindo o que não for aplicável. Iniciais dos primeiros nomes acrescidas com o último Sobrenome, conforme exemplo.

Concepção e elaboração do manuscrito: L. C. Vieira, P. R. C. Ribeiro
Coleta de dados: L. C. Vieira
Análise de dados: L. C. Vieira

Discussão dos resultados: L. C. Vieira, P. R. C. Ribeiro
Revisão e aprovação: L. C. Vieira, P. R. C. Ribeiro

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA
Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO
Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM
Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande, sobre número CAAE: 66931923.7.0000.5324, sendo aprovado através do parecer nº 5.931.642, de 08 de março de 2023

CONFLITO DE INTERESSES
Não se aplica.

LICENÇA DE USO
Os autores cedem àrevista**Alexandria**os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica. Publicação no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES
Fábio Peres Gonçalves

HISTÓRICO
Recebido em: 26-04-2025 – Aprovado em: 19-11-2025 – Publicado em: 27-02-2026